

Sumário

Prefácio	XIII
Introdução	XIV
Capítulo 1 Antecedentes históricos	1
1. Considerações preliminares.....	1
2. O <i>habeas corpus</i> no Direito inglês	3
3. O <i>habeas corpus</i> no Direito romano.....	10
4. O <i>habeas corpus</i> no Direito norte-americano.....	11
5. O <i>habeas corpus</i> no Direito argentino	13
6. O <i>habeas corpus</i> no Direito português	15
7. O <i>habeas corpus</i> no Direito espanhol	17
8. O amparo no Direito mexicano e no chileno	18
9. O <i>habeas corpus</i> no Direito brasileiro	19
Capítulo 2 Base normativa, abrangência, natureza jurídica e celeridade	53
1. Base normativa.....	53
2. Abrangência.....	57
3. Natureza jurídica	62
4. Celeridade.....	69
5. Modalidades de ações do <i>habeas corpus</i>	70
5.1. Ação penal cautelar de <i>habeas corpus</i>	72
5.2. Ação penal constitutiva de <i>habeas corpus</i>	75
5.3. Ação penal declaratória de <i>habeas corpus</i>	76
6. Objeto mediato do pedido de <i>habeas corpus</i>	77

7. Base normativa do <i>habeas corpus</i> na lei processual penal e punição disciplinar.....	81
8. Definição de <i>habeas corpus</i>	88
Capítulo 3 Hipóteses de impetração do <i>habeas corpus</i>	90
1. Ilegalidade da coação por falta de justa causa.....	90
1.1. Falta de justa causa, Constituição Federal e prisão.....	91
1.2. Trancamento do inquérito policial.....	95
1.3. Trancamento da ação penal	98
1.4. Falta de justa causa e medida cautelar pessoal.....	109
1.5. Outras hipóteses configurativas de falta de justa causa.....	115
2. Ilegalidade da coação por ter ultrapassado o tempo de prisão fixado em lei	115
3. Ilegalidade da coação ordenada por quem não tenha competência para determiná-la.....	129
4. Ilegalidade da coação por ter cessado o motivo que a autorizou.....	133
5. Ilegalidade da coação pela não admissão da fiança nos casos autorizados por lei.....	136
6. Ilegalidade da coação em processo manifestamente nulo.....	143
7. Ilegalidade da coação quando extinta a punibilidade	158
8. Cabimento do <i>writ</i> no caso de prisão civil	164
9. <i>Habeas corpus</i> e a prova ilícita (quebra de sigilo)	169
10. <i>Habeas corpus</i> , classificação e desclassificação de crime.....	182
11. <i>Habeas corpus</i> e processo do júri	185
12. <i>Habeas corpus</i> , marcha processual e demora na lavratura da sentença	195
13. <i>Habeas corpus</i> e juizados especiais criminais	198
14. <i>Habeas corpus</i> e suspensão condicional do processo (<i>sursis processual</i>).....	209
15. <i>Habeas corpus</i> , crime hediondo e clamor público	218
16. <i>Habeas corpus</i> , perda de seu objeto	224
17. <i>Habeas corpus</i> e fundamentação da prisão preventiva	228
18. <i>Habeas corpus</i> e exame da prova.....	234
19. <i>Habeas corpus</i> e o princípio da insignificância ou bagatela	241
19.1. Princípio da insignificância ou bagatela	241
Origem	241
Conceito	242
Estrutura	243
Incidência	247

Inaplicabilidade do princípio	256
19.2. <i>Habeas corpus</i>	256
20. <i>Habeas corpus</i> em substituição ao recurso ordinário ou excepcional.....	258
21. <i>Habeas corpus</i> , progressividade do regime prisional e gravidade do crime no estabelecimento do regime inicial de cumprimento da pena privativa de liberdade	270
21.1. Introdução	270
21.2. Progressão do regime prisional	271
21.3. Progressão do regime prisional em crime hediondo.....	274
21.4. Conclusão geral	282
21.5. Gravidade do crime e regime prisional.....	285
22. <i>Habeas corpus</i> e dosimetria da pena	288
22.1. Individualização da pena	288
22.2. Tutela constitucional	292
23. <i>Habeas corpus</i> e liberdade provisória, prisão preventiva ou outra medida cautelar em tráfico de entorpecentes.....	300
24. <i>Habeas corpus</i> e a Lei Maria da Penha.....	308
25. <i>Habeas corpus</i> e Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI)	328
25.1. Aspectos históricos e finalidade.....	328
25.2. Base normativa e natureza jurídica	329
25.3. Breves considerações sobre CPI.....	330
25.4. Poderes conferidos à CPI e <i>habeas corpus</i>	334
Poder de investigação	334
Oitiva de testemunha e indiciado.....	336
Quebra de sigilo e dados.....	340
Busca e apreensão, requisição de documentos, indisponibilidade de bens e medida cautelar real.....	343
26. <i>Habeas corpus</i> e prisão de magistrado.....	344
26.1. Considerações preambulares	344
26.2. Comando constitucional.....	346
26.3. Prisão em flagrante de magistrado	346
26.4. Prisão de magistrado por ordem escrita do Tribunal.....	351
Capítulo 4 Do processo de <i>habeas corpus</i>	354
1. Do processo de <i>habeas corpus</i>	354
2. Condições de procedibilidade no <i>habeas corpus</i>	356
2.1. Possibilidade jurídica do pedido.....	356
2.2. Legítimo interesse.....	360

2.3. <i>Legitimatio ad causam</i> ativa e passiva	364
2.4. Litisconsórcio e intervenção	377
3. Petição inicial.....	381
4. Pedido preventivo e liberatório	387
5. Reiteração do pedido	391
6. Concessão da ordem de ofício	393
7. Concessão de plano e liminar do <i>habeas corpus</i>	398
7.1. <i>Habeas corpus</i> ou recurso contra indeferimento de liminar	403
8. Da requisição de informações da autoridade coatora	406
9. Apresentação do paciente	409
10. Normas gerais sobre o procedimento do pedido de <i>habeas corpus</i>	411
11. Sentença no <i>habeas corpus</i>	417
12. Coisa julgada	424
 Capítulo 5 Competência e recurso em tema de <i>habeas corpus</i>	427
1. Introdução	427
2. Competência originária	427
2.1. Do juiz de direito estadual	428
Promotor de justiça como autoridade coatora	431
2.2. Do Tribunal de Justiça.....	434
2.3. Do juiz federal	438
2.4. Dos Tribunais Regionais Federais.....	442
2.5. Do Tribunal Regional do Trabalho e do Tribunal Superior do Trabalho	443
2.6. Do Superior Tribunal de Justiça	445
Substituição do recurso ordinário constitucional pelo pedido originário	448
2.7. Do Supremo Tribunal Federal	453
Substituição do recurso ordinário constitucional pelo pedido originário	457
2.8. Dos demais órgãos judicantes.....	458
3. Competência recursal	458
3.1. Dos colegiados ordinários locais e federal	459
Substituição do recurso em sentido estrito pelo pedido originário	461
3.2. Do Tribunal Regional do Trabalho e do Tribunal Superior do Trabalho	462
3.3. Do Superior Tribunal de Justiça	464
3.4. Do Supremo Tribunal Federal	465

3.5. Dos demais órgãos judicantes.....	468
4. Agravo de instrumento	469
5. Agravo regimental	470
5.1. Agravo regimental no Tribunal de Justiça.....	470
5.2. Agravo no Superior Tribunal de Justiça e no Supremo Tribunal Federal.....	471
6. Recurso especial	472
7. Recurso extraordinário	478
8. Embargos declaratórios	482
 Modelos de petição	485
 Ementário com inclusão de novos acórdãos.....	538
Referências bibliográficas	630
Índice alfabético-remissivo.....	635